

A combinatória *straight*.^{*} Raça, classe, sexo e economia política: análises materialistas e decoloniais^{**}

JULES FALQUET^{***}

*Às organizadoras e participantes do X Encontro
Lésbico Feminista de Abya Yala*

Ante o impasse humano e civilizacional representado pela atual mundialização neoliberal, os movimentos feministas e lésbicos contribuem na busca de alternativas globais. Muitas já afirmaram a necessidade de conseguir trabalhar, de maneira realmente integrada, as análises feministas e lésbicas, as teorias críticas do capitalismo, do racismo e do (neo)colonialismo. Contudo, a tarefa é complexa. As experiências

* Publicado originalmente em: Annie Bidet-Mordrel, Elsa Galerand e Danièle Kergoat (coords.), "Analyse critique et féminismes matérialistes: travail, sexualité(s), culture", *Cahiers du Genre*, v.3, n.4, 2016, p.73-96. A autora inseriu alguns trechos para a versão brasileira. Este texto possui uma versão com modificações, publicada em espanhol, da qual foram incorporadas algumas notas de rodapé, com o consentimento da autora e sempre devidamente referenciadas como (N. V. E.) [nota da versão em espanhol]: Jules Falquet, "La combinatoria *straight*. Raza, clase, sexo y economía política: análisis feministas materialistas y decoloniales", *Descentrada: Revista Interdisciplinaria de Feminismos y Género*, Buenos Aires, Universidad Nacional de La Plata, v.1, n.1, p.1-17, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.descentrada.fahce.unlp.edu.ar/article/view/DESe005/7993>>. As notas da tradução em português estão sempre referenciadas como (N. T.). Traduzido por Shislene Oliveira Macedo (e-mail: shisleni@gmail.com) e revisado por Letticia Leite.

** Agradeço, pelos comentários e críticas às diversas versões deste texto, a Salima Amari, Paola Bacchetta, Annie Bidet, Dominique Bourque, Ochy Curiel, Sílvia Federici, Dominique Fougeyrollas, Elsa Galerand, Danièle Kergoat, Nasima Moujoud, Leïla Ouitis, Valeria Ribeiro Corrosacz e Damien Trawale. As ideias e, sobretudo, suas insuficiências me são inteiramente imputáveis.

*** Jules Falquet é socióloga, pesquisadora-docente na Universidade Paris 7 Diderot e membro do Centre d'Enseignement, de Documentation et de Recherches pour les Etudes Féministes (CEDREF) e do Laboratoire du Changement Social et Politique (LCSP). E-mail: jules.falquet@univ-paris-diderot.fr

históricas, o contexto imediato e as teorias a partir das quais se trabalha, tornam mais ou menos fácil, e possível, pensar e lutar de maneira integrada.

Sendo eu mulher, branca, universitária e usufruindo dos privilégios da cidadania e da vida cotidiana no mundo enriquecido, estando simultaneamente engajada politicamente como lésbica e feminista, antirracista, anticapitalista e anticolonial, meu pensamento tem fontes múltiplas. Desde que descobri o trabalho de Tabet, em 1990, nunca mais abandonei a corrente feminista materialista francófona que tem origem, para dizer rapidamente, na revista *Questions Féministes*. Tendo vivido e efetuado uma grande parte do meu aprendizado político no México e em El Salvador, no contexto de lutas populares revolucionárias a partir de 1989, devo também muitíssimo a numerosas teóricas e ativistas feministas e lésbicas de Abya Yala,¹ negras, indígenas e mestiças. Na França, foi especialmente o meio lésbico político e/ou de lésbicas e feministas antirracistas que deram impulso à minha reflexão. É a partir dessa inscrição social e política específica que proponho aqui, para contribuir com a busca de alternativas teóricas e políticas, revisitar a análise da *economia política da (hetero)sexualidade*, mobilizando instrumentos feministas e materialistas, retrabalhados em uma perspectiva imbricacionista² e decolonial.

Dessa forma, mostrarei inicialmente como as feministas materialistas francófonas transformaram radicalmente a noção de “trabalho”, somando às análises da *exploração da força de trabalho* (que se direcionavam unicamente às lógicas de classe social) a dimensão de *apropriação dos corpos “máquinas-de-força-de-trabalho”* (Guillaumin, 1992 [1978], p.19), o que revela as relações sociais de sexo, de raça e a imbricação dinâmica das relações sociais, possibilitando um olhar completamente diferente sobre o trabalho de reprodução social, a extorsão de trabalho e a história da acumulação. Mostrarei, em seguida, como as materialistas desnaturalizaram a sexualidade, sublinhando sua vinculação íntima com a construção social da diferença dos sexos. Veremos também como, do ponto de vista das mulheres estruturalmente despojadas de recursos, a sexualidade constitui fundamentalmente um tipo de trabalho. Por fim, observando também a procriação como um verdadeiro trabalho, organizado por lógicas de aliança e filiação eminentemente sociais, proporei o conceito de *combinatória straight* como ferramenta-chave de análise da produção e da troca de pessoas e como nó da imbricação das relações

1 Esse termo, utilizado pela população Kuna da Colômbia e do Panamá, para designar sua terra antes da invasão europeia, foi retomado por uma parte dos movimentos sociais para nomear a América Latina e o Caribe em uma perspectiva decolonial. Para uma ideia geral dos avanços recentes do feminismo decolonial de Abya Yala, ver a coletânea de Espinosa Miñoso, Gómez Correal e Ochoa Muñoz (2014), que dá uma amostra dos trabalhos das universitárias mais conhecidas, assim como das militantes de longa data.

2 Prefiro o conceito de imbricação de relações sociais, que permite uma reflexão mais estrutural, ao de interseccionalidade, proposto originalmente em uma perspectiva de transformação social por mulheres racializadas e proletarizadas em luta, e que tende hoje a ser apropriado pelas instituições internacionais e pela academia branca, e inclusive masculina (Ait Ben Lmadani; Moujoud, 2012; Bilge, 2012; Hill Collins, 2015). Trata-se, no entanto, de um debate que ultrapassa largamente o escopo deste trabalho e, para além do termo escolhido, o importante é a ação política concreta realizada.

sociais de sexo, “raça” e classe – imbricação que convém ser pensada tanto de maneira sincrônica quanto em sua dinâmica histórica (diacrônica).

I. O trabalho de reprodução social: apropriação, acumulação primitiva e mundialização neoliberal

A primeira contribuição do feminismo materialista é, incontestavelmente, a desnaturalização das relações sociais,³ de sexo, mas também de raça, assim como a análise do trabalho de reprodução social numa perspectiva histórica.

Apropriação, *sexagem* e dinâmica imbricada das relações sociais

Segundo Juteau e Laurin, a tese de *apropriação social das mulheres* de Colette Guillaumin⁴ constitui, a partir do fim dos anos 1970, no cruzamento entre o feminismo radical e o feminismo marxista, a perspectiva mais promissora do feminismo materialista (1988, p.185). Essa tese proporciona a possibilidade de pensar, de maneira não naturalista, historicizada e dialética, diversas relações sociais.

Em seu trabalho pioneiro sobre o racismo “moderno”, Guillaumin primeiro desnaturalizou a “raça”, que ela apresenta como uma construção social recente, organizando materialmente e legitimando no plano das ideias⁵ o modo de produção escravagista colonial (2002 [1972]). Ao analisar minuciosamente a *ideologia naturalista*, Guillaumin desvenda a “raça” como um sistema de *marcação física arbitrário* que cria indivíduos e grupos, fundamentando no corpo uma suposta “diferença” natural que justifica as desigualdades sociais.

Analisando em seguida a questão dos sexos, Guillaumin (1992 [1978]) evidenciou a existência de verdadeiras *relações sociais*, estruturais e não interindividuais, elas também organizadas e legitimadas pela ideologia naturalista e baseadas em uma lógica de *apropriação física direta* das mulheres, enquanto classe de sexo, pela classe dos homens. O que está em jogo nas relações sociais de sexo não é somente a *força de trabalho*, tão cara aos marxistas, mas a pessoa em sua integridade, reificada e vista como *corpo “máquina-de-força-de-trabalho”*, o que torna as relações sociais de sexo bem distintas das relações de classe. Para Guillaumin, a apropriação possui duas modalidades: a *apropriação privada*, organizada pela instituição do casamento, não poderia existir sem lógicas mais profundas de

3 Existem em francês dois conceitos que podem ser traduzidos como *relações sociais*: o de *relations sociales* e o de *rappports sociaux*. O primeiro se refere às relações de nível microssocial, interpessoais, cotidianas, concretas (e não é esse o sentido que, neste texto, se dá a relações sociais). O segundo, de inspiração marxiana, designa relações sociais de poder estruturais, abstratas, que atravessam a sociedade e a estruturam ao redor de algo que está em jogo, geralmente a organização do trabalho, ao produzir classes (sociais, de sexo, de raça). A divisão sexual do trabalho repousa sobre esses *rappports sociaux* de sexo (e não entre sexos). Neste texto, relações sociais de sexo traduz *rappports sociaux de sexe*. (N. V. E.)

4 Como ela mesma afirma, esse pensamento é bem menos pessoal e mais o resultado da ação e da reflexão de numerosas mulheres no seio de um vasto movimento social.

5 Em francês: *sur le plan idéal*. Com esse conceito de *plan idéal* (plano das ideias e não plano ideológico), Guillaumin se distingue do marxismo já que, para ela, os planos material e *idéal* constituem uma totalidade não hierarquizada, formando uma moeda de duas caras. (N. V. E.)

apropriação coletiva, que permitem uma clara economia de recursos. Assim, para “tomar uma mulher”, sem precisar passar necessariamente pelo rapto ou pela guerra, é necessário que os homens já tenham estabelecido solidamente a ideia (e o fato) de que as mulheres estão, evidentemente, disponíveis para o casamento.

Guillaumin nomeou essas relações sociais como *sexagem*,⁶ para destacar seus pontos em comum com a escravidão nas *plantations* coloniais e com a servidão medieval europeia – em particular a lógica da apropriação física e a naturalização.⁷ Ela estabelece um paralelo entre “o movimento popular que, no momento do nascimento das comunas, arrancou certos indivíduos das correntes feudais que os prendiam à terra [... e] aquele que hoje libera um número pequeno, mas crescente, de mulheres das instituições patriarcais e sexistas” (1992 [1978], p.38). Dentro da perspectiva histórica que ela esboça – inscrevendo como uma filigrana em seu pensamento uma análise do desenvolvimento do colonialismo e do capitalismo –, e sabendo que o acesso a uma remuneração permitiu que certas pessoas escravizadas “comprassem” sua liberdade e se livrassem da apropriação privada, Guillaumin aponta o acesso das mulheres ao trabalho assalariado como um elemento-chave da evolução das relações sociais de sexo. Ela assinala de maneira explícita a existência de duas contradições na *sexagem*: uma interna (entre a apropriação privada e a apropriação coletiva), outra entre *sexagem* e trabalho assalariado:

A apropriação coletiva das mulheres (a mais “invisível” hoje) manifesta-se por e através da apropriação privada (o casamento), que a contradiz. A apropriação social (coletiva e privada) manifesta-se através da livre venda (recente) da força de trabalho, que a contradiz. (Guillaumin, 1992 [1978], p.48)

Desse modo, Guillaumin oferece uma análise dinâmica das relações sociais de sexo e permite pensar sua evolução histórica vinculada às relações de raça e de classe. É o que dá originalidade ao seu pensamento, desde os anos 1970, quando se debatia com paixão as relações entre patriarcado e capitalismo.⁸ Guillaumin diferencia-se, dessa forma, claramente dos(as) marxistas mais ou menos ortodoxos(as), que relegam as ferramentas feministas apenas à compreensão das relações de sexo ou da esfera doméstica (patriarcado subsumido ao capitalismo

6 Guillaumin chama de *sexagem* [sexage] o modo de produção que repousa precisamente nas relações sociais estruturais de sexo. Ela elaborou esse conceito fazendo um paralelo com as palavras francesas *esclavage* (escravidão, que corresponde ao modo de produção escravista da colonização europeia em Abya Yala) e *servage* (servidão, correspondente ao modo de produção feudal europeu da Idade Média). Sublinha, assim, certas semelhanças e paralelos históricos entre as três lógicas (sobretudo a naturalização do grupo que foi apropriado), sem estabelecer uma simples analogia a-histórica nem minimizar as diferenças que as separam. (N. V. E.)

7 Guillaumin ressalta que não se trata exatamente dos mesmos mecanismos concretos de apropriação. Por exemplo, no caso da servidão, as pessoas não são apropriadas diretamente, mas por meio da terra à qual estão ligadas.

8 Com relação a esses debates, ver Juteau e Laurin (1988), para um panorama feminista materialista; e a introdução de Ferguson e McNally (2013) à reedição do trabalho de Vogel, para um resumo marxista das teorias duais (feministas socialistas e feministas marxistas) e unitárias.

ou articulação dependente da esfera privada com o mundo do valor).⁹ Contudo, ela vai mais longe que as feministas radicais, que pensavam a partir de uma única relação social (de sexo), concebida principalmente com base na organização da esfera doméstica própria às classes médias ocidentais contemporâneas (que as levava, sobretudo, a afirmar a autonomia do patriarcado).

Reprodução social global e mundialização neoliberal

Naquele mesmo período, dando centralidade ao *racismo*, as feministas socialistas estadunidenses negras ou chicanas começam a formular a ideia de *imbricação de vários sistemas* (Beal, 1970 [1969]; Combahee River Collective, 1979; Anzaldúa; Moraga, 1981; Davis, 2016 [1981]). Elas mostram o caráter simultâneo das relações de raça, classe e sexo, sua indissociabilidade na experiência das mulheres e, sobretudo, a profundidade *histórica* e estrutural de suas vinculações. Ao longo dos anos 1980, feministas marxistas europeias desenvolvem a análise histórica *em escala internacional* das conexões entre trabalho de reprodução social e acumulação (Mies, 1986). Nos anos 1990, Glenn (2009 [1992]) analisou como, nos Estados Unidos, alguns setores sociais bem específicos (mulheres¹⁰ ou racializadas/os ou proletárias/os) foram sistematicamente designados, formados para (ou forçados a) realizar as diversas tarefas de reprodução social. Em seguida, a feminista marxista independente Federici (2017 [2004]) afirmou que a “caça às bruxas” na Europa (e, mais tarde, do outro lado do Atlântico) tinha servido para confinar as mulheres no espaço doméstico (que foi criado simultaneamente) e no trabalho de reprodução social gratuito, permitindo um processo de acumulação primitiva tão importante quanto o saque colonial do “Novo Mundo”. A partir de uma perspectiva muito diferente, as feministas decoloniais de Abya Yala, como Lugones (2008), seguida por Mendoza (2015), defenderam que a colonização europeia havia desde o princípio racializado e sexualizado a mão de obra e a organização do trabalho, desde o início da gestação do capitalismo e antes mesmo da aparição das classes no sentido marxista.

Na esteira dessas diferentes correntes, debrucei-me sobre a reorganização do trabalho na mundialização neoliberal. Examinando dialeticamente a evolução das

9 Guillaumin faz uma (brevíssima) crítica à corrente feminista marxista alternativa do movimento Wages Against Domestic Work (salário em troca do trabalho doméstico) encabeçado pela inglesa Selma James e as italianas Federici (2012) e Dalla Costa (Dalla Costa; James, 1972). No conjunto, as feministas francesas parecem ter ignorado essa vasta corrente de análise, ainda que ela tenha dado origem a um importante movimento social e colocado questões-chave – que ultrapassam o escopo da presente análise. Para os debates na França sobre o trabalho doméstico, ver Chabaud-Rychter, Fougeyrollas-Schwebel e Sonthonnax (1985) e Fougeyrollas-Schwebel (2009). Para um retorno sobre a análise do feminismo marxista independente, ver Federici (2013).

10 Deveríamos escrever “pessoas feminizadas” para tratar no mesmo nível os processos de racialização e de sexualização, e também usar o termo “pessoas proletarizadas”. Contudo, muitas vezes utilizamos mulheres e proletárias, mesmo sendo pouco correto, para facilitar a leitura. (Nota inserida pela autora na revisão desta tradução.)

atividades geradoras de renda para as mulheres e os homens não privilegiadas(os) pela raça e/ou pela classe, sugeri que uma parcela significativa desses homens era hoje levada a se colocar atrás de uma arma, enquanto numerosas mulheres não privilegiadas eram empurradas para os setores de “serviços”, principalmente sexuais e domésticos (Falquet, 2006). Utilizei as noções de *trabalho desvalorizado* e de *trabalho considerado como feminino* para analisar essas atividades (Falquet, 2009). De fato, se Balibar e Wallerstein (1988) apresentavam a exploração de imigrantes, novo proletariado global, como uma transformação do racismo, adicionando as relações sociais de sexo à equação, nota-se sobretudo o aparecimento da convergência das lógicas das relações de sexo e raça. Pois são mulheres empobrecidas e proletarizadas de todas as raças e pessoas racializadas empobrecidas e proletarizadas de todos os sexos que são conjuntamente empurradas a realizar o trabalho de reprodução social e as demais atividades desvalorizadas e mal pagas. Observando em particular cem anos de história da França colonial, tal como Moujoud (2010), sustentamos que de fato existia uma classe de mulheres (que partilha uma situação de apropriação enquanto classe de sexo), mas que esta deveria ser pensada simultaneamente por meio da imbricação das relações sociais, de suas dinâmicas no contexto da história colonial passada e de suas continuidades no presente, incluindo a ilegalidade da migração.

Em seguida, tentei esclarecer as transformações neoliberais da imbricação das relações sociais, inscrevendo-as na longa história da colonização, do tráfico negro e da escravidão a partir de 1492 (Falquet, 2012). Sugeri que as contradições entre apropriação coletiva e privada, assim como entre apropriação e exploração, produziam uma dinâmica de *vasos comunicantes* entre as relações sociais de sexo, de “raça” e de classe (Falquet, 2014). A transformação das migrações (crescimento, feminização) e das políticas migratórias nacionais e internacionais (seleção, restrição) aparece então como uma reorganização da alocação de mão de obra em escala mundial. Em particular, o desengajamento neoliberal do Estado provocou uma profunda transformação da reprodução social e, simultaneamente, a criação de uma vasta reserva de mão de obra total ou parcialmente privada de recursos e de direitos. Composta de forma majoritária por mulheres de todas as raças e por pessoas racializadas de todos os sexos, todas proletarizadas, ela é colocada em uma situação liminar entre a exploração e a apropriação, em um trabalho assalariado precarizado e “feminizado”, tanto concreta quanto simbolicamente. Os corpos feminizados e/ou racializados, sobretudo na classe proletária, são em massa coagidos à reprodução social a preço baixo. Os corpos masculinizados e/ou racializados, em especial entre a classe proletária, são coagidos à guerra e à segurança. Por último, mas não menos importante: os “homens em armas” geram cotidianamente uma violência que mantém as “mulheres de serviço” em uma situação de precariedade e sobretrabalho permanente, assim como a destruição material suscetível de relançar a economia pela “reconstrução”.

II. A sexualidade do ponto de vista das mulheres: pensamento *straight* e economia política

O segundo aporte determinante das materialistas é ter desnaturalizado e politizado o que frequentemente era tido como o ponto central da opressão das mulheres: o corpo feminino. Corpo que, na realidade, reduzido à sua dupla especificidade morfológica – a vagina e o útero –, era apressadamente assimilado à sexualidade e à reprodução “naturais”. Vejamos primeiro como, conectando “a sexualidade” às relações de poder, elas desautonomizaram e desmistificaram esse campo, afastando-se do discurso masculino dominante para considerar a sexualidade a partir da posição das mulheres.

A. Sexualidade e relações de poder

Já em 1969, Kate Millet afirmava que a “revolução sexual” defendida pelos ícones da literatura estadunidense era baseada na brutalização e no desprezo às mulheres e que a sexualidade era um fato eminentemente político – com a marca predominante do poder dos homens sobre as mulheres. Em seu célebre artigo “O tráfico de mulheres”, Gayle Rubin (1993 [1975]) passa pelo crivo as análises marxistas, antropológicas e psicanalíticas da sexualidade, do sexo e do gênero. Ele evidenciava que o próprio Lévi-Strauss havia dito que, ao produzir uma dependência mútua, a divisão sexual do trabalho era uma *criação cultural* que compelia à formação de unidades familiares que compreendiam ao menos uma fêmea e um macho, garantindo assim a procriação. Rubin foi, então, um dos primeiros a ressaltar que a heterossexualidade não tinha nada de natural.

Nos anos seguintes, como reflexo da fascinação masculina pelas virtudes supostamente liberadoras da sexualidade, que faria com que esta merecesse ser constituída em campo de investigação e de luta autônoma (uma posição defendida por Rubin a partir dos anos 1980), uma parte do feminismo radical tende a se concentrar no poder e na violência contidos na sexualidade, e a hipostasiá-la a ponto de torná-la a principal causa da opressão das mulheres. Guillaumin (1992 [1978]) tinha, no entanto, traçado um caminho diferente, limitando a sexualidade a uma entre outras dimensões das relações sociais de sexo. Assim, ela distingue diversas *expressões concretas* da apropriação das mulheres, das quais a que ela nomeia como *obrigação sexual* é apenas uma entre outras, como: a apropriação do tempo, dos produtos do corpo e a carga física dos membros do grupo. Ela destaca também diferentes *meios* dessa apropriação: a *obrigação sexual* é apenas mais um entre muitos, como o são também o mercado de trabalho, o confinamento no espaço, a demonstração de força (os golpes), o arsenal jurídico e o direito consuetudinário.

Nessa perspectiva, a apropriação das mulheres pelos homens *não é antes de tudo sexual*, sua razão profunda não é uma aspiração desenfreada dos homens pelo gozo sexual. Acreditar nisso é se deixar distrair pelo discurso dos dominantes. Os homens apropriam-se não apenas do *corpo sexualizado* das mulheres, mas, de forma bem mais ampla, do seu corpo enquanto “máquina-força-de-trabalho”,

o que lhes permite acessar em bloco (e a um custo muito baixo) muitos outros “serviços”. A apropriação privada e coletiva das mulheres confere aos membros da classe dos homens um vasto conjunto de privilégios e um “viver melhor” muito apreciado, que passa em particular pela *isenção de uma boa parte do trabalho da reprodução social*.

B. E a heterossexualidade criou a mulher

Apoiando-se firmemente em Guillaumin, Wittig (2007)¹¹ abre pouco depois o caminho para o *lesbianismo materialista*. Examinando as teorias sociais dominantes (em torno de Lacan e Lévi-Strauss), ela revela um dos maiores impensados da cultura ocidental contemporânea: a ideologia da diferença sexual, que ela batiza de pensamento *straight*. Essa ideologia é baseada na afirmação arbitrária e jamais demonstrada da existência de uma “diferença sexual” absoluta e irredutível entre dois, e somente dois, sexos, que existiriam naturalmente. Wittig mostra, ao contrário, que o pensamento *straight* é o mecanismo central em que o grupo dominante se apoia para se afirmar como tal, construindo socialmente um Outro diferente – a Mulher – cuja alteridade (pretensamente natural, mas na verdade resultado de uma heterossexualização de todos os instantes) fundaria o destino de classe apropriada. Examinemos as consequências dessa análise, por meio de algumas de suas interpretações equivocadas.

Em primeiro lugar, a ideia de que o problema reside na heterossexualidade enquanto “sexualidade” dos indivíduos.¹² Wittig teve o cuidado de não falar de práticas sexuais.¹³ Aquelas que chama de *lésbicas* (as quais ela demonstra constituírem uma refutação empírica da suposta naturalidade do fato de ser uma mulher) não são mulheres homossexuais (mulheres que têm práticas sexuais com mulheres, mas que continuam a trabalhar de diversas maneiras para a classe dos homens), mas seres humanos que se recusam a tornar-se ou a continuar sendo mulheres *no sentido de Guillaumin*. O que elas recusam não é o coito ou os corpos masculinos, nem mesmo alguma relação com os homens e menos ainda o amor,¹⁴ mas sim ser vinculadas aos homens por relações de apropriação privada (no casamento ou na família paterna) ou coletiva (nos conventos ou nos bordéis).

11 Tendo contribuído com o desenvolvimento do feminismo materialista, Wittig dissocia-se do mesmo quando da ruptura da revista *Questions Féministes*, em 1980.

12 Evidentemente, o problema não se localiza tanto nas restrições da procriação (que requer a fusão de uma célula reprodutiva provinda de um corpo dito fêmeo com uma célula provinda de um corpo dito macho), mas, como se verá a seguir, na organização social que envolve a produção dos embriões e das novas gerações.

13 Para evitar a confusão trazida pelo termo *heterossexualidade* [hétérosexualité], Charest (2014) propõe o conceito de *heterossexualidade* [hétérosocialité] – que, no entanto, corre o risco de ser confundido com *heterosociabilidade* [hétérosociabilité].

14 Que pode, evidentemente, existir entre “mulheres” e/ou fora da “sexualidade”. Sobretudo, o amor é um conceito que serve para tudo, que está longe de existir universalmente. Para uma análise aguda do conceito “moderno” de amor, ver Noizet (1996).

Em seguida, se o que define as lésbicas não é, em primeiro lugar, a sexualidade, mas uma oposição às relações de apropriação e à ideologia naturalista que lhes dá sustentação, então elas têm menos interesses em comum com as “minorias sexuais”¹⁵ do que com a classe de mulheres e outros grupos que foram apropriados.¹⁶ Com efeito, a corrente das lésbicas políticas (e mais particularmente das lésbicas materialistas, às quais Wittig fornece as bases) compartilha o objetivo das feministas materialistas: a abolição das classes de sexo e das relações sociais de sexo existentes. Ela diverge, contudo, quanto à estratégia – preconizando uma organização autônoma para evitar a retração dos debates e a timidez das estratégias imposta pelo pensamento *straight* (Charest, 2014).

Para terminar, boa parte da teoria *queer* e trans branca estima que o problema reside na funesta binariedade dos corpos, dos gêneros e/ou das sexualidades – reivindicando a multiplicidade e a perturbação [*trouble*] como uma alternativa imediata. Ora, Wittig é a primeira a criticar a suposta binariedade dos sexos e dos gêneros, afirmando que ela é apenas uma construção social do pensamento da diferença. No entanto, ela mostra também que essa binariedade é, ao mesmo tempo, o pretexto legitimador e resultado da *sexagem*, mas não a sua causa – que é a apropriação. A multiplicação de categorias embaralha novamente as cartas sem tocar na origem do problema: a hierarquização das categorias, que é intrinsecamente ligada à sua criação. É também o que sublinha Mathieu (1991b [1989]) após ter analisado uma grande variedade de pessoas, grupos e práticas (“desviantes” ou institucionalizadas) que parecem alterar a binariedade do sexo, do gênero e da sexualidade, em diferentes culturas e períodos. Afastando-se do centrismo ocidental e da perspectiva a-histórica que afetam uma parte dos movimentos *queer* e trans brancos, Mathieu constata que o impacto de numerosas “transgressões” é finalmente muito limitado. Ela elucida não apenas uma, mas três grandes lógicas (ou modos) de criação social das fêmeas e dos machos, das mulheres e dos homens, da heterossexualidade e da homossexualidade (e de suas inúmeras “subcategorias”): naturalista, culturalista e política. No entanto, para além da imensa diversidade das categorias que existem nesses três modos, é necessário constatar que as pessoas consideradas como *fêmeas* estão quase sempre *na base da pirâmide social*.

C. Estruturalmente, um trabalho para muitas

Alguns anos mais tarde, Tabet (2005 [1987, 1988, 1991, 2001]) observou um vasto repertório de práticas sexuais (não ocidentais e ocidentais, tanto no período

15 Se não há simetria entre homens e mulheres, mas hierarquia, ser gay não é equivalente a ser lésbica, e mudar de sexo ou de gênero não tem absolutamente o mesmo sentido, dependendo de onde se vem e para onde se vai.

16 Cada lésbica tem igualmente interesses ligados à sua posição de classe e de “raça”. As alianças efetivas das lésbicas – como de qualquer outro grupo social – podem se basear sobre interesses objetivos, subjetivos e/ou projetos políticos.

colonial quanto em tempos recentes), desde aquelas geralmente consideradas como normais e obrigatórias (diferentes formas de casamento) até aquelas associadas à transgressão, à desordem, mas também à liberdade (sexualidades pré-maritais e prostituição no sentido mais amplo). Por trás das oposições aparentes entre essas práticas do ponto de vista dominante, isto é, o dos homens, Tabet fez aparecer, do ponto de vista das mulheres, um verdadeiro *continuum*. Para isso, seria necessário contextualizar as práticas na realidade material que, para a grande maioria das mulheres,¹⁷ é marcada por três coerções: (1) a restrição do acesso aos recursos; (2) a restrição do acesso ao conhecimento; (3) a ameaça de violência ou sua atualização. Como subsistir, então, com as crianças que elas geralmente têm sob sua responsabilidade?

Partindo da realidade das “prostitutas”, Tabet responde que a principal solução é de utilizar o que elas têm “entre as pernas”, coisificando o que a sociedade dominante considera como sua sexualidade para negociá-la em troca de dinheiro ou bens materiais e imateriais. Ela pontua, no entanto, que essa fórmula não passa da extremidade de um *continuum da troca econômico-sexual*: na outra extremidade, as esposas obtêm seu sustento em natura, em troca de prestações fornecidas em bloco. Esse conjunto de prestações, que ela batiza de *amálgama conjugal*, reúne inextricavelmente o trabalho sexual, de procriação, doméstico e emocional. De todo modo, nas condições concretas acima indicadas, a “sexualidade” para as mulheres não tem absolutamente o mesmo sentido que para os homens: trata-se de uma atividade de sobrevivência e, no melhor dos casos, de um trabalho semiformalizado.

O trabalho de Tabet é frequentemente utilizado para banalizar a prostituição e legitimar sua plena transformação em “trabalho”. No entanto, ela mostrou sobretudo que, nas condições materiais de fato existentes, *todas as atividades reputadas como naturais às mulheres*, incluindo a procriação, eram trabalho no sentido marxista – e, além disso, em geral explorado. Se a prostituição pode aparecer como relativamente positiva para algumas mulheres, é porque para elas o casamento revela-se muito pior – mesmo se, para outras mulheres ou em outros momentos, produz-se o inverso. Para quase todas, de todo modo, a única escolha verdadeira consiste em mudar periodicamente de lugar dentro do *continuum* da troca econômico-sexual.

Para resumir a perspectiva materialista, considerar a sexualidade apenas sob o aspecto das práticas e transformá-la em um campo de estudos ou de luta autônoma, fora de qualquer contexto histórico e social, é correr o risco de ocultar as relações sociais que a organizam e fazem dela alguma coisa muito diferente, segundo a posição de sexo (mas também de classe e de raça) que cada pessoa ocupa. As materialistas, ao contrário, desmistificam a sexualidade e chamam a atenção para o

17 Tabet – assim como Mathieu, especialmente ao sair do mundo ocidental atual – ressalta que pode ser muito diferente para algumas mulheres, em alguns grupos sociais, algumas sociedades ou épocas. As duas autoras também apresentam amplamente as resistências e as lutas das mulheres. Elas estão, assim, muito distantes de qualquer vitimismo ou maniqueísmo.

fato de que ela representa muito raramente a mesma coisa para as mulheres e para os homens. Meio e manifestação (entre outros) da apropriação das mulheres, ela aparece bem menos, para a maioria delas, como uma atividade recreativa ligada a desejos pessoais do que como um objeto de troca, um ganha-pão e, às vezes, como um verdadeiro trabalho.

A análise materialista vem, assim, complicar duplamente o esquema marxiano no qual, se a pessoa não é burguesa, ela dispõe de sua força de trabalho, e apenas dela, para vender. As mulheres, consideradas como “corpo-máquina-de-força-de-trabalho”, dispõem, além da força de trabalho “produtivo” clássico, de uma força de trabalho “reprodutiva”, no caso sexual, procriadora, doméstica e emocional. Em contrapartida, a apropriação privada e coletiva que as caracteriza complica singularmente a possibilidade de monetizar essa força de trabalho, no conjunto de suas componentes que são regidas por diferentes lógicas e, para algumas, difíceis de “desamalgamar” (Falquet, 2016).

III. Do trabalho procriador à combinatória *straight*: produção e troca de pessoas e de corpos

A análise da procriação completa a proposição materialista. Ela permite, primeiramente, desnaturalizar a maternidade para cada geração e para cada mulher a título pessoal, mostrando que é possível defini-la como um verdadeiro trabalho de procriação. Ela esclarece, sobretudo, a produção e a classificação social permanente das novas gerações – em uma perspectiva diacrônica que falta a muitas outras correntes feministas, e que subverte os termos do debate marxista sobre a “reprodução da força de trabalho” – no âmbito das quais se ignora como e de quem as mulheres engravidam e as crianças que nascem são “naturalmente” ligadas a estruturas familiares não problematizadas.

A. No cruzamento da aliança e da filiação: a maternidade, um trabalho sob alta vigilância

Desde 1977, analisando as práticas de infanticídio, Mathieu destaca o caráter eminentemente social da maternidade (1991a [1977]). Baseando-se em um vasto *corpus* histórico-antropológico, Tabet desconstrói posteriormente a fertilidade feminina “natural” (1985). Ela mostra que a procriação é organizada socialmente (com frequência em vista de sua maximização/otimização) e pode ser analisada como um verdadeiro trabalho, mais ou menos alienado de acordo com a forma como é organizado. Para além de questões importantes, mas parciais, como o acesso aos contraceptivos ou o papel do Estado no controle da fecundidade de suas cidadãs e de seus cidadãos, as materialistas interrogam o quadro sócio-antropológico no qual a produtora é colocada em contato com o(s) fornecedor(es) de matéria-prima, os eventuais comanditários-clientes e as regras que regem a propriedade do produto final. Dito de outro modo: segundo quais regras funcionam a aliança matrimonial e a filiação?

Para responder seriamente a essa questão, seria necessário ultrapassar o escopo redutor das sociedades patrilineares e virilocais, a propósito e no âmbito das quais foram edificadas as bases do pensamento *straight* – em particular a teoria lévi-straussiana da troca de mulheres. É o que propõe Mathieu (2007), analisando conjuntamente catorze sociedades uxori-locais e matrilineares.¹⁸ Como ressalta Mathieu (2007), essas sociedades não constituem de maneira nenhuma “matriarcados” e estão longe de ser idílicas do ponto de vista do sexo. Em contrapartida, permitem evidenciar o *papel das mulheres “trocadoras”* [échangistes]¹⁹ e analisar o que se produz quando são as mulheres que conduzem a dança matrimonial, organizam as cerimônias, as festas e as negociações que vêm junto,²⁰ e desenvolvem estratégias de ascensão social para as linhagens femininas das quais estão à frente.²¹ Por exemplo, quando tanto a matrilinearidade como a uxori-localidade colocam nitidamente as mulheres do lado das riquezas, a troca matrimonial não implica necessariamente o reforço simultâneo das relações de sexo e de classe.

Ainda mais profundamente, no prefácio do livro organizado por Mathieu (2007), Martine Gestin abre a possibilidade de repensar inteiramente a teoria para interrogar-se não sobre “a troca de mulheres”, mas sobre as *lógicas de circulação do conjunto de pessoas* (mulheres e homens), tanto *horizontalmente* (aliança) quanto *verticalmente* (filiação). Ora, a capacidade de trocar (ou de ser trocada/o) e de “possuir” (ou não) pela filiação (e inscrever na ordem social) o produto das atividades de procriação, assim como os outros bens materiais e simbólicos, é eminentemente ligada à posse jurídica (e cultural) de si. O horizonte é então elucidado.

B. O que o pensamento *straight* escondia

Uma vez derrubada a barreira da heterossexualidade, que ofuscava o raciocínio, percebe-se que a aliança e a filiação não contam apenas com a intervenção de mulheres e homens, mas de membros de “raças” e classes diversas, cujas lógicas de aliança e filiação não são mais naturais que entre os sexos. Ou seja: o fato de se unir uma pessoa branca com outra pessoa branca e produzir descendência branca

18 A uxori-localidade significa que é o homem que segue a esposa depois do casamento – o que marca profundamente as relações de poder entre esposa e marido, ainda mais, talvez, que a matrilinearidade (que significa que a filiação passa pelas mulheres). Mesmo sendo frequentemente consideradas como “minorias residuais” (ao contrário das sociedades patrilineares e virilocais, estatisticamente majoritárias, com frequência dominantes e/ou colonizadoras), as culturas “uxori-matri” podem constituir até um terço das sociedades segundo os continentes e são quase todas não ocidentais.

19 Ver igualmente o debate entre Collard (autora da expressão) e Héritier na revista *L’Homme* (2000), citado por Mathieu (2007).

20 Ainda que não seja necessariamente durante a troca matrimonial que as riquezas mais importantes sejam trocadas.

21 Seria possível igualmente refletir sobre a questão da construção social e da avaliação do valor dos indivíduos trocados. Existem pelo menos duas formas muito distintas de “troca de mulheres”: a “troca” de uma mulher por outra mulher e a troca de uma mulher por uma coisa. No primeiro caso, o valor das mulheres é ligado à sua capacidade corporal de trabalho, particularmente o procriador. No segundo, o seu valor depende do valor das coisas contra as quais podem ser trocadas, e possuir mulheres permite acumular poder político e/ou econômico.

não é mais “natural” do que a união de uma mulher com um homem. As regras de aliança e de filiação entre as raças e as classes, assim como entre os sexos, são todas, ao contrário, cuidadosamente organizadas por instituições muito variadas, que produzem um conjunto de leis e de regras em constante transformação e com frequência contraditórias, e que também sancionam sua aplicação. Proponho chamar de *combinatória straight* o conjunto dessas instituições e regras que organizam solidariamente a aliança e a filiação em função de lógicas simultâneas de sexo, de “raça” e de classe. Como o pensamento *straight*, a combinatória *straight* cria continuamente grupos humanos apresentados como diferentes, cujas incompatibilidades ou relações privilegiadas são em seguida apresentadas como rigorosamente naturais (ou, ao contrário, como fundamento mesmo da cultura). Assim, a *combinatória straight* é o operador central da dinâmica simultânea das relações sociais de sexo, de raça e de classe.

Essa proposição vai ao encontro das reflexões de diferentes feministas decoloniais de Abya Yala, de diversas formas. Primeiramente, com aquelas que destacam a importância, no processo colonial e na construção de nações “mestiças”, dos estupros massivos e das alianças “informais” impostas durante séculos às mulheres indígenas e negras por homens brancos ou mais claros que elas, com tudo o que isso supõe igualmente de filiações problemáticas (e com consequências variadas segundo o sexo e a aparência fenotípica das crianças) (Mendoza, 2001). Ela aproxima-se igualmente das análises da *colonialidade do gênero* expostas principalmente por Lugones (2008), que ressalta as conexões entre a empresa colonial e os ataques contra as culturas autóctones (e africanas), e a imposição de uma lógica binária e heterossexual que lhes era estrangeira – ou que se uniu àquelas dos homens autóctones dominantes, o que Paredes (2010) nomeia de *entroncamento patriarcal* e Cabnal (2015), de *reconfiguração patriarcal*. Ela tem elementos comuns com o trabalho de Curiel (2014) sobre a Colômbia, que mostrou a que ponto o pensamento *straight* se situava no coração da construção dos Estados-Nação atuais. Por fim, ela se inscreve nos questionamentos do Décimo Encontro Lésbico-Feminista de Abya Yala,²² que se propunha a analisar as conexões entre heterossexualidade, racismo (mestiçagem, branqueamento e ocidentalização forçada), coação a tal ou tal tipo de trabalho (e de mobilidade) e lógicas militaristas de recolonização – a partir de posições lésbico-feministas,²³ mas também antirracistas, anticapitalistas e decoloniais. De fato, tanto a história quanto a atualidade de Abya Yala mostram com clareza a utilidade que pode ter o conceito de combinatória *straight* para pensar o desenvolvimento do capitalismo desde 1492, bem como a atualidade neoliberal – sendo notório o fato de algumas das analistas mais ferrenhas serem lésbicas políticas, particularmente racializadas e empobrecidas (Espinosa Miñoso; Gómez Correal; Ochoa Muñoz, 2014).

22 Realizado na Colômbia entre 9 e 14 de outubro de 2014.

23 Ver <<http://elflac.org/wp-content/uploads/2014/11/DOCUMENTOS-DEBATE.pdf>>.

De modo geral, o conceito de combinatória *straight* permite examinar sob uma nova perspectiva diversos fenômenos. O que está fundamentalmente em jogo na combinatória *straight* é a produção de indivíduos e de grupos inteiros enquanto “corpo-máquina-de-força-de-trabalho”, cujas capacidades de trabalho socialmente construídas são bem mais amplas do que fora levado em conta pela economia política.

A primeira pista aberta é, então, a possibilidade de vislumbrar uma história *integrada do trabalho em sua globalidade*, em particular da procriação e da reprodução social em sentido amplo, para além da mera dinâmica do trabalho “produtivo”, cara ao pensamento marxista. Sob o ângulo das capacidades de trabalho desigualmente atribuídas aos diferentes corpos, o objetivo torna-se a análise sincrônica, mas também diacrônica, da organização da *produção* material (procriação) e cultural (criação)²⁴ dos indivíduos, de seu *cuidado* (saúde física e psíquica, melhorias diversas),²⁵ de sua *circulação* (lógicas de mobilidade) e de seu *uso* (apropriação privada e/ou coletiva, coação ao trabalho sob diversas formas, desgaste e destruição prevista ou organizada).²⁶

Uma segunda pista deriva da existência de um *continuum* de posições no âmbito das relações sociais imbricadas, entre as pessoas livres e aquelas reduzidas apenas a serem um “corpo-máquina-de-força-de-trabalho” – isto é, à possibilidade de mudar de *status* ou de fazer mudar o *status* das outras pessoas, por lutas individuais ou coletivas, incluindo as estratégias de aliança e/ou através da descendência. Assim como ilustram, por exemplo, as estratégias de procriação das mulheres reduzidas à escravidão (ou, mais recentemente, imigrantes ilegais), conforme a evolução das leis – que vão desde abortar o fruto de um estupro até tentar obter sua própria liberdade (legalização) por meio do recurso de ter um(a) filho(a) que nasceria livre (autóctone), com um homem que assumisse a sua paternidade, ou mesmo a sua união.

Que se trate de uma mudança imediata, progressiva ou por sua descendência, que se produza para um indivíduo, para uma linhagem ou para todo um grupo étnico, sexual ou uma fração de classe, essa mudança de *status* implica estratégias individuais e coletivas que *combinem* as dinâmicas de sexo, de “raça” e de classe.

Uma terceira pista é aquela da imbricação ou das contradições das lutas. Efetivamente, em curtos intervalos de tempo, dentro da lógica dos “vasos comunicantes”, a repartição do trabalho segundo o sexo, a raça e a classe é um jogo de

24 Procriação e criação correspondendo ao que Marx nomeia como a reprodução da “raça de trabalhadores”.

25 Por exemplo, graças a diferentes próteses (óculos infravermelhos, exoesqueletos, ferramentas e armas etc.), substâncias (estimulação hormonal, produtos anticansaço, nanodispositivos) ou “melhorias” genéticas.

26 Entre as lógicas de destruição a meio-termo: o envio para a guerra como soldada(o), a exposição deliberada a agentes tóxicos nucleares, químicos, alimentares etc. Entre as lógicas de destruição organizada: negligência sistemática e subalimentação, assassinato, sacrifício massivo, holocausto, genocídio, feminicídio etc.

soma zero. Tirar a carga de algumas pessoas significa fazer pesar o fardo sobre outras, como a atual internacionalização do trabalho de reprodução escancara tão às claras. As mudanças que ampliam ou restringem os direitos das mulheres, das populações escravizadas, das(os) proletárias(os) ou das(os) imigrantes transformam necessariamente a situação dos outros grupos. Essa é a razão pela qual pensar em termos de combinatória *straight* atenua o risco, lutando em um único eixo, de reforçar outras relações sociais. Trata-se de uma forma concreta de evitar a instrumentalização da igualdade dos sexos para fins racistas, assim como de evitar que a questão das mulheres seja posta em segundo lugar nas análises antirracistas.

Tentei de início mostrar aqui a coerência e a força heurística e política de um conjunto de teorias feministas materialistas, principalmente francófonas, em torno dos conceitos de *sexagem*, apropriação privada e coletiva das mulheres, amálgama conjugal incluindo o trabalho sexual e procriador, pensamento *straight*, bem como a ideologia naturalista que sustenta as relações sociais de sexo, mas também de raça. Partindo, em seguida, da análise da atual mundialização neoliberal, mas também da longa história marcada pela práxis e pela teorização de um conjunto de lésbicas feministas decoloniais de Abya Yala, propus aqui os conceitos de *vasos comunicantes* para compreender a imbricação das relações sociais de maneira sincrônica e, sobretudo, o de *combinatória straight*, para pensar a produção de indivíduos e grupos e seu lugar na organização do trabalho, em uma perspectiva ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica, em torno da ideia de uma imbricação dinâmica das relações sociais.

Como seus predecessores, esses conceitos feministas materialistas e decoloniais questionam profundamente a análise marxista – à qual se vinculam, ainda que de maneira crítica –, levando, em particular, a quatro reflexões. Primeiramente, no que concerne à reprodução da “raça das(os) trabalhadoras(es)”, esses conceitos permitem mostrar que se trata de um verdadeiro trabalho, organizado por uma combinatória *straight* complexa e fortemente rígida, ainda que em perpétua transformação. No domínio da reprodução social, mostram, mais do que nunca, a artificialidade do recorte entre trabalho produtivo e reprodutivo, levando a repensar globalmente a extorsão do trabalho e, por consequência, do valor. Na discussão sobre a dialética capital-trabalho, a oscilação dos indivíduos entre “corpos-como-máquina-de-força-de-trabalho” (ou seja, ferramentas) e trabalhadoras(es) livres questiona: é necessário compreender os indivíduos como capital fixo ou como trabalho? Enfim, a combinatória *straight* restabelece a questão da articulação ou da sucessão dos diferentes modos de produção: ela permite pensar os avanços progressivos, intergeracionais, da organização social (fugas individuais, familiares, de classes inteiras ou mesmo de nações), mas também de eventuais recuos recíprocos de outros grupos e, finalmente, a coexistência, em proporções histo-

ricamente variáveis, de diferentes modos de produção previamente vistos como distintos e/ou sucessivos (feudal, escravagista, colonial, capitalista, patriarcal).

Para além do marxismo, a combinatória *straight* permite reexaminar um conjunto de questões-chave. Em primeiro lugar, o aspecto clássico da produção de sexo, raça e classe que podemos mais facilmente perceber em conjunto como estratégias individuais, mas também coletivas e transgeracionais. Em seguida, os fenômenos de recolonização, de guerra e de violência ligados à feroz competição neoliberal pelos recursos – mas sobre a base de uma definição mais vasta que inclui a produção e a circulação de matérias-primas e dos recursos que permitem fabricar “corpos-como-máquinas-de-força-de-trabalho” (mulheres portadoras de úteros, bancos de esperma, de óvulos, de embriões, pesquisa genética). Enfim, o papel central dos Estados, das instituições internacionais e das empresas transnacionais (entre as quais, na primeira fila, o complexo militar-industrial) na gestão global da produção e dos fluxos de corpos “máquina-de-força-de-trabalho”.

Por fim, em termos globais, esse pensamento feminista materialista imbricação-cionista e decolonial vem da (e pretende alimentar a) ação individual e coletiva para a transformação das relações sociais, ressaltando até que ponto não se trata de lutar isoladamente pela atenuação de algumas delas – o que geraria o risco de reforçar as outras –, mas de lutar, de forma articulada, pela *abolição simultânea de todas*, condição *sine qua non* de uma vitória real.

Referências bibliográficas

- AIT BEN LMADANI, Fatima; MOUJOURD, Nasima. Peut-on faire de l'intersectionnalité sans les excolonisé-e-s? *Mouvements*, Paris, v.4, n.72, 2012, p.11-21.
- ANZALDÚA, Gloria; MORAGA, Cherríe. *This Bridge Called My Back: Writings of Radical Women of Color*. Pref. Toni Cade Bambara. Watertown: Persephone Press, 1981.
- BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, nation, classe: les identités ambiguës*. Cahiers libres. Paris: La Découverte, 1988.
- BEAL, Frances. Double Jeopardy: To Be Black and Female. In: BAMBARA, Toni Cade (ed.). *The Black Woman: an Anthology*. York/Scarborough: Mentor Books, 1970. p.90-100.
- BILGE, Sirma. Enjeux et défis de l'intersectionnalité (entrevista concedida a Fanny Galot). *Contretemps: Revue de Critique Communiste*, Paris, 30 abr. 2012. Disponível em: <<https://www.contretemps.eu/enjeux-et-defis-de-lintersectionnalite-entretien-avec-sirma-bilge/>>.
- CABNAL, Lorena. Corps-territoire et territoire-Terre: le féminisme communautaire au Guatemala. *Cahiers du Genre*, Paris, v.2, n.59, 2015.
- CHABAUD-RYCHTER, Danielle; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique; SONTONNAX, Françoise. *Espace et temps du travail domestique*. Paris: Librairie des Méridiens, 1985.
- CHAREST, Danielle. La dictature de l'hétérosocialité. *Amazones d'Hier, lesbiennes d'Aujourd'hui*, Montreal, n.26-27, 2014, p.217-238.

- COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. Black Feminist Statement. In: EISENSTEIN, Zillah R. (ed.). *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. Nova York: Monthly Review Press, 1979. p.362-372.
- CURIEL, Ochy. *La Nación heterosexual*. Bogotá: Brecha Lésbica; Buenos Aires: En la Frontera, 2014.
- DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Londres: Butler & Tanner, 1972.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ CORREAL, Diana; OCHOA MUÑOZ, Karina (eds.). *Tejiendo de otro modo: feminismo, espitemología y apuestas decoloniales en Abya Yala*. Popayán: Universidad del Cauca, 2014.
- FALQUET, Jules. Hommes en armes et femmes de “service”: tendances néolibérales dans l’évolution de la division sexuelle et internationale du travail. *Cahiers du Genre*, Paris, v.1, n.40, 2006, p.15-38.
- _____. La règle du jeu: repenser la co-formation des rapports sociaux de sexe, de classe et de “race” dans la mondialisation néolibérale. In: DORLIN, Elsa (org.). *Sexe, race, classe: pour une épistémologie de la domination*. Paris: PUF, 2009.
- _____. *Les mouvements sociaux dans la mondialisation néolibérale: imbrication des rapports sociaux et classe des femmes (Amérique latine-Caraïbes-France)*. Paris, 2012. Tese (Habilitação para Dirigir Pesquisas, sob a direção de Anne-Marie Devreux) – Université de Paris VIII.
- _____. Le capitalisme néolibéral, allié des femmes? Perspectives féministes matérialistes et imbricationnistes. In: VERSCHUUR, Christine; GUÉRIN, Isabelle; GUÉTAT-BERNARD, Hélène (coords). *Sous le développement, le genre*. Paris: IRD, 2014.
- _____. Transformations néolibérales du travail des femmes: libération ou nouvelles formes d’appropriation? In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; MARUANI, Margaret; SORJ, Bila (orgs.). *Genre, race et classe: travailler en France et au Brésil*. Paris: L’Harmattan, 2016 (col. “Logiques Sociales”). p.39-52.
- FEDERICI, Silvia. Wages against Housework. In: *Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle*. Oakland: PM Press, 2012. p.15-22.
- _____. *La inacabada revolución feminista: mujeres, reproducción social y lucha por lo común*. Cidade do México: Ediciones desde Abajo, 2013 [1975].
- _____. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sy-corax. São Paulo: Elefante, 2017 [2004].
- FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, Labour-Power and Gender Relations: Introduction to the Historical Materialism. Edition of Marxism and the Oppression of Women. In: VOGEL, Lise. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013. p.XVII-XL.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena et al. (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- GLENN, Evelyn Nakano. De la servitude au travail de service: les continuités historiques de la division raciale du travail reproductif payé. In: DORLIN, Elsa (org.). *Sexe, race, classe: pour une épistémologie de la domination*. Paris: PUF, 2009.

- GUILLAUMIN, Colette. Pratique du pouvoir et idée de nature. (I) L'appropriation des femmes. (II) Le discours de la Nature. In: *Sexe, race et pratique du pouvoir: l'idée de nature*. Paris: Côté-Femmes, 1992 [1978].
- _____. *L'idéologie raciste*. Paris: Gallimard, Folio Essais, 2002. [1972].
- HILL COLLINS, Patricia. Toujours courageuses [brave]? Le féminisme noir en tant que projet de justice sociale. *Les Cahiers du CEDREF*, Paris, n.20, 2015.
- JUTEAU, Danielle; LAURIN, Nicole. L'évolution des formes de l'appropriation des femmes: des religieuses aux "mères porteuses". *Revue Canadienne de Sociologie*, v.25, n.2, maio 1988, p.183-207.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n.9, 2008, p.73-101.
- MATHIEU, Nicole-Claude. Paternité biologique, maternité sociale... In: *L'anatomie politique: catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côté Femmes, 1991a [1977]. p.63-73.
- _____. Identité sexuelle, sexuée, de sexe? Trois modes de conceptualisation de la relation entre sexe et genre. In: *L'anatomie politique: catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côté Femmes, 1991b [1989]. p.227-266.
- _____. (org.). *Une maison sans fille est une maison morte: la personne et le genre en sociétés matrilineaires et/ou uxori-locales*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2007.
- MENDOZA, Breny. La desmitologización del mestizaje en Honduras: evaluando nuevos aportes. *Mesoamérica*, Los Angeles, California State University, v.22, n.42, 2001, p.256-279.
- _____. *Ensayos de crítica feminista en nuestra América*. Cidade do México: Herder, 2015.
- MIES, Maria. *Patriarchy & Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour*. Londres: Zed Books, 1986.
- MOUJOURD, Nasima; FALQUET, Jules. Cent ans de sollicitude en France: domesticité, reproduction sociale, migration et histoire coloniale. *Agone*, Paris, n.43, 2010, p.169-195.
- NOIZET, Pascale. *L'idée moderne d'amour: entre sexe et genre, vers une théorie du sexogème*. Paris: Kimé, 1996.
- PAREDES, Julieta. *Hilando fino: desde el feminismo comunitario*. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad/Deutscher Entwicklungsdienst, 2010.
- RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. Trad. Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993 [1975].
- TABET, Paola. Fertilité naturelle, reproduction forcée. In: MATHIEU, Nicole-Claude (ed.). *L'arraisonnement des femmes: essais en anthropologie des sexes*. Paris: EHESS, 1985. p.61-146.
- _____. *La grande arnaque: sexualité des femmes et échange économique-sexuel*. Paris: L'Harmattan, 2005 (col. "Bibliothèque du Féminisme") [1987, 1988, 1991, 2001].
- WITTIG, Monique. *La pensée straight*. Paris: Amsterdam, 2007 [1980].

Resumo

O artigo retrança inicialmente os aportes das feministas materialistas francófonas – principalmente Guillaumin, Wittig, Tabet e Mathieu. Essas autoras transformaram a noção de “trabalho” ao teorizar a apropriação dos corpos como

“máquinas-de-força-de-trabalho”. Elas mostraram que a sexualidade pode ser apreendida como um trabalho, na continuidade das relações sociais de sexo existentes, e desnaturalizaram profundamente a maternidade. A autora propõe em seguida o conceito de “combinatória *straight*”. Comandando ao mesmo tempo as dinâmicas de aliança e de filiação, organizando as dinâmicas simultâneas e históricas das relações sociais de sexo, raça e classe, o conceito de combinatória *straight* constitui uma nova ferramenta para analisar a reprodução social e pensar o desenvolvimento histórico do capitalismo, mas também a atualidade neoliberal, numa perspectiva que se vincula parcialmente ao feminismo decolonial latino-americano e caribenho.

Palavras-chave: relações sociais (de sexo, raça, classe); reprodução social; sexualidade; economia política dos sexos; lesbianismo.

Abstract

This article starts by reviewing the contributions of francophone materialist feminists – mainly Guillaumin, Wittig, Tabet and Mathieu. They have transformed the concept of “labour”, by theorising the appropriation of bodies as “machines with labour power”. They have shown that sexuality can be understood as labour, in continuity with existing gender-related social relations, and they have profoundly denaturalised motherhood. The author then puts forward the concept of “straight matrix”. Governing at once union by marriage and filiation, and organising the simultaneous and historical dynamics of social relations connected to gender, race and class, straight combinatorics constitutes a new tool for analysing social reproduction and analysing the historical development of capitalism, but also the current neoliberal reality, in a perspective that connects with parts of Latin-American and Caribbean decolonial feminism.

Keywords: social relations (sex, race, class); social reproduction; sexuality; political economy of gender; lesbianism.